

Perfil de um Patriota

Chama-se Pedro de Verona Rodrigues Pires e nasceu na ilha do Fogo. Era estudante do liceu de S. Vicente quando, no ano de 1955, assistiu a um embarque de contratados caboverdianos destinados às roças de S. Tomé. Não obstante jovem e ainda sem ideias políticas claramente definidas, Pedro Pires não conseguiu ficar indiferente ao violento desespero que se lia no rosto daqueles homens desamparados e cujo destino parecia ser ou morrer de fome em Cabo Verde ou de doença em terra estranha.

Não era a primeira vez que ele se via confrontado com o abandono, a miséria e a morte do povo das ilhas. Nascido numa família de proprietários, já nos anos de 1942/43, ainda que apenas com oito anos de idade, assistira aos horrores da fome que mais uma vez tinha voltado a assolar Cabo Verde em geral e a ilha do Fogo em particular.

Para sempre lhe ficaria na memória a desolação das famílias da pobreza vendendo um a um os poucos haveres que tinham acumulado ao longo dos anos, todos em busca de um prato de comida; de um pai que tinha sido obrigado a trocar cada telha da sua casa por uma bolacha, no esforço de salvar os filhos de morrer de fome. Mas depois, as pessoas morrendo desamparadas pelas ruas, os poderes públicos indiferentes, as autoridades locais impotentes. Nesse tempo Cabo Verde era uma terra sem esperança de futuro.

A relativa prosperidade provocada pelo entreposto carvoeiro do Mindelo tinha chegado ao fim e as desgraças deste povo martirizado pelas secas tinham recomeçado, com o Governo indiferente à sua sorte ingrata. Sabia-se que depois de anos e anos de trabalho escravo nessas terras de febres e doenças, os caboverdianos regressavam tão pobres como quando tinham partido. Apenas mais doentes, e já prontos para morrer na sua terra. Havia, porém, uma vantagem: a mão-de-obra caboverdiana era contratada muito mais barata que, por exemplo, a angolana e por isso essa era a preferida, embora se soubesse que contratar gente para as roças de S. Tomé estava longe de ser uma forma de solução dos problemas da seca e fome e falta de trabalho do povo das ilhas.

Mas, se para o povo o caminho de S. Tomé era de algum modo o caminho da morte lenta, para algumas pessoas contratar esfaimados para as roças de S. Tomé era sobretudo uma maneira de fazer fortuna. As levas de contratados gemendo nos fundos dos porões serviam para encher os bolsos de contratadores que não tinham pejo de enriquecer à custa das desgraças deste povo miserável enquanto poetas caboverdianos como Osvaldo Alcântara, no seu Romanceiro de S. Tomé, ou Gabriel Mariano com Comissário ad hoc, cada um à sua maneira, tentavam denunciar essa afronta.

A MOBILIZAÇÃO DAS CONSCIÊNCIAS

O Governo português mantinha-se surdo à tragédia do povo das ilhas. Acontecia, no entanto, que nesses tempos os Povos Africanos aos poucos começavam despertando da longa letargia que os fizera sujeitar-se a séculos de dominação estrangeira. Uma nova ideologia de libertação das nações colonizadas emergia do fundo da História, mobilizando a consciência das gerações da época, nomeadamente aquela a que pertence Pedro Pires. Com efeito, essa geração sentiu que era imperativo ir para além das palavras e lutar pela causa deste povo que vinha sofrendo abandonado ao longo de séculos e mais séculos; tinham que ser os caboverdianos a tentar resolver os problemas das suas ilhas.

Como anos mais tarde viria a ser dito no texto que finalmente proclamou a independência de Cabo Verde, as gerações dessa época acabaram por “compreender que o problema da miséria e do atraso social das ilhas de Cabo Verde reconduzia-se a um problema político e, como tal, jamais poderia ser resolvido no quadro da sujeição colonial e da alienação da liberdade humana”.

Em 1965 partiu para Portugal onde frequentou a faculdade de Ciências de Lisboa. Mais tarde, chamado para fazer o serviço militar obrigatório, serviu como oficial miliciano da Força Aérea Portuguesa. Frequenta a Casa dos Estudantes do Império e aí encontra companheiros das demais colónias portuguesas com os quais aprofunda as discussões sobre a realidade das questões africanas. Desperta verdadeiramente para a política, e a pouco e pouco a consciência da necessidade de uma luta armada para a libertação nacional começa ganhando corpo.

Aliás, na mesma altura Mas Pedro Pires descende de uma família que desde sempre cultivou os valores cristãos. O mandamento, ”Não matarás!” fazia parte integrante dos valores em que tinha sido formado. E daí nasciam dúvidas angustiantes: Teria que ser mesmo necessária uma luta armada? Teria que ser necessário fazer a guerra e matar para ver livre o seu país e o seu povo? O exemplo do Mahatma Ghandi e de toda a sua vida de luta através da resistência passiva à opressão inglesa parecia fazer sentido, deveria ser possível lutar com outras armas que não fossem as de morte...

No entanto, os acontecimentos de 1961 em Angola, com um exército dizimando bárbara e desapiedadamente um povo desarmado, fizeram-no finalmente decidir: Já não dava para aceitar a dominação colonial e só através da luta armada seria possível a libertação! Pires decide desertar da Força Aérea e abandonar Portugal clandestinamente.

Ele é nessa altura um jovem de 25 anos, oficial do exército português. Não só já ganha algum dinheiro, como inclusivamente pode aspirar a ter um futuro brilhante na sociedade em que está inserido. «Foi preciso pôr de lado o interesse pessoal para encontrar força anímica para assumir os interesses colectivos nacionais», disse ele numa entrevista ao jornalista Vicente Lopes, «Podia perfeitamente fazer outra coisa, fazer outras opções, mas eu achei que tinha um compromisso, e que era preciso levá-lo para frente»;

Foi, pois, em nome desse compromisso, espontaneamente assumido com o futuro do povo de Cabo Verde, que Pedro Pires fugiu de Portugal, primeiro para a França onde, ainda que em situação de clandestinidade, procedeu ao recrutamento de muitos militantes para as fileiras do PAIGC, e mais tarde para Conakry, República da Guiné.

COMBATENTE DA LIBERDADE

De 1961 a 1974 Pedro Pires luta, ora nas frentes da diplomacia, ora nas matas da Guiné-Bissau, porém sempre

Disse Pedro Pires acerca dessa guerra que durou tantos anos: «A luta armada não foi um processo em que estamos sempre a ganhar, em ascendência constante. Há momentos de crise e momentos de dificuldades e de dúvidas. Cada um vai buscar a motivação creio que mais nas suas convicções e na utilidade que julga ter o sacrifício e o esforço que se está a fazer. Acabei por encontrar uma saída, mesmo que tivesse que morrer, e que era mais ou menos o seguinte: Nós estamos nesta luta, mas para os povos africanos é importante que alguém tenha uma vitória militar sobre as forças de dominação colonial! Eu pensava que este seria um caminho de reabilitação dos povos africanos face à História. Não era uma forma de vingança, mas de superar as derrotas sofridas ao longo dos séculos. Era como se pudéssemos dizer: neste processo histórico houve um momento em que nós também ganhámos.»;

A REALIZAÇÃO DE UM SONHO

Delegação que participou nas discussões para a assinatura do acordo de Lisboa (19 de Dezembro de 2004) Depois das várias vicissitudes de uma longa luta, dá-se o 25 de Abril de 1974 em Portugal, as negociações de Londres que se concretizaram no reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, seguidas das de Argel e Lisboa que conduziram à independência de Cabo Verde. É Pedro Pires quem chefia essas delegações: «Tinha funções políticas e militares suficientes, o que me permitia discutir facilmente com os portugueses», diz ele. Mas, «além disso, na hierarquia, eu não era dos primeiros e isso permitia a existência de outras instâncias de recurso, caso houvesse impasse nas negociações.»;

Conduzidas com reconhecida habilidade e flexibilidade, essas negociações chegaram finalmente a um quadro político que satisfazia tanto a parte portuguesa como a caboverdiana. Isso acabou por criar as condições para o estabelecimento de relações muito boas entre Cabo Verde e Portugal, confirma ele.

Até que finalmente a 5 de Julho de 1975 é proclamada a independência de Cabo Verde. Foi como a realização de um sonho, diz Pires, o sonho da independência, o culminar de uma luta. Não tínhamos uma experiência administrativa, nem dispúnhamos dos dados para que pudéssemos saber o caminho que nos esperava, mas o entusiasmo era grande, eu estava entusiasmado, convencido que era possível fazer qualquer coisa.

Tanto Pires como os seus companheiros conheciam as carências de Cabo Verde, mas não tinham uma dimensão completa das dificuldades que iam encontrar. «A minha ideia de independência deveu-se, no fundo, ao amor por Cabo Verde e ao desejo de mudar a situação do meu país», afirma.

Esse amor por Cabo Verde tinha-o sempre guiado durante os anos de luta e viria de novo a revelar-se determinante. Com efeito, a primeira missão do Banco Mundial que visitou Cabo Verde em 1975/76 terminou o seu relatório com a fria conclusão de que Cabo Verde era um país impossível. Mas Pires rejeita essa conclusão dolorosa e para nós inaceitável. Discute longamente com essa missão, argumenta com habilidade e acaba por sugerir um relatório diferente: «digam pelo menos que há alguma possibilidade de reabilitação deste país»;

Pedro Pires é Primeiro-Ministro e tem a consciência de que está a dirigir um país tão pobre, que apenas dispõe de alguns meios para garantir o funcionamento do Estado e da economia durante os primeiros meses da independência. Essa consciência obriga a um realismo e pragmatismo que dificilmente serão compreendidos pelos sectores ditos mais à esquerda no PAIGC que desejavam uma afirmação revolucionário nos ideais.

Pelo contrário, Pires tem profunda consciência da absoluta necessidade que Cabo Verde tem da ajuda internacional para vir a afirmar-se como país independente e nesse sentido o seu Governo desenvolve um enorme trabalho junto das organizações das Nações Unidas e países como a Suécia e a Holanda. «São as relações internacionais do PAIGC que permitem a afirmação de Cabo Verde como país independente», dirá ele anos mais tarde. «Lembro-me que logo após a independência, quando certos camaradas nossos chegavam de visitas ao exterior, e diziam, «ninguém nos conhece, toda a gente fala da Guiné-Bissau e não de Cabo Verde», eu respondia «É óbvio, porque em Cabo Verde não se fez uma luta armada de libertação nacional, portanto, não pode ser tão conhecido como a Guiné. Mas vamos trabalhar com determinação e um dia nós seremos exemplo»;

Havia camaradas que tinham posições muito revolucionárias, queriam que o PAIGC se declarasse um partido marxista-leninista. Pedro Pires moderava-os: “A única revolução que podemos fazer é promover o desenvolvimento de Cabo Verde, dizia, ao realizarmos o nosso projecto poderemos servir de exemplo”.

A CONSTRUÇÃO DE UM PAÍS

A realização desse projecto passou pela construção de um país a partir do nada. Foi durante os Governos presididos por Pedro Pires que as bases da economia caboverdiana foram lançadas, com a eficaz ajuda dos países amigos de Cabo Verde. Era preciso mudar a face do país, pelo que a par de um vasto programa de geral alfabetização e massiva formação de quadros no exterior, preconizou-se um projecto de desenvolvimento planificado, visando como objectivo primordial a independência económica.

Deu-se início a uma vasta acção de combate à desertificação, pesquisa e exploração de águas subterrâneas, construção de infraestruturas hidro-agrícolas e arborização, ao mesmo tempo que se tentava incrementar o desenvolvimento da pesca industrial, considerada como o sector que deveria liderar o processo de desenvolvimento económico do país. Entre 1975 a 1990, foram criadas cerca de trinta empresas, desde as destinadas ao fomento agro-pecuário às hoteleiras. Empresas públicas como a TELECOM, o Banco de Cabo Verde, donde viria a sair o Banco Comercial do Atlântico, a ENACOL, a ENAPOR, o Instituto de Previdência Social de cuja criação viria a surgir a GARANTIA, a CABNAVE, a TACV, etc. etc., todas elas foram fundadas ou desenvolvidas durante os governos presididos por Pedro Pires.

”Era preciso desenvolver entre nós o orgulho de ser caboverdiano e de termos cumprido ou realizado um papel importante”, disse ele. “Em tudo isso, é importante uma pessoa ter o sentido da vida e da história. Eu acho que cada homem deve ter o sentido da vida e cada povo o sentido da história. Ter o sentido de que estamos a construir o futuro e de que só nós podemos construir esse futuro. Não podemos viver só o presente, temos de ser capazes de projectar o amanhã”.

Pedro Pires foi Primeiro-Ministro de Cabo Verde de 1975 a 1990. Durante esse tempo, este país tido como impossível, afirmou-se como independente, útil e digno a nível internacional, e todos os caboverdianos podem afirmar-se orgulhosos, não só do que no seu país foi feito durante os primeiros 15 anos da nossa independência, como também como ele ficou exemplo internacional pela forma irrepreensível como o PAICV conduziu a abertura política em 1990.

Pedro Pires encarna o passado recente de Cabo Verde. Um passado orgulhoso, um passado que acreditou na construção de um país onde os homens seriam tratados como homens, onde não se voltaria a morrer de fome. Pode-se, pois, dizer que foi a partir de uma fé, a fé no direito do homem caboverdiano à dignidade que levou Pedro Pires a pôr toda a sua energia ao serviço da independência nacional. Hoje Pedro Pires pretende restituir a Cabo Verde a sua nobreza de pequeno país que se admira e respeita. É preciso, pois, que todos os caboverdianos aceitem fazer alguma coisa para reabilitar o seu país.

.....

Amar o nosso país não é nenhum pecado, diz Pires; a afirmação da nossa identidade não é a negação da identidade de qualquer outro, é tão só a afirmação do direito de existir para se poder relacionar, em pé de igualdade, com os outros. É isso que justifica a existência do Estado de Cabo Verde.

No meio da preocupante situação que assola o nosso país, Pedro Pires é o homem que lhe conserva a honra como um sonho ainda possível. sonhando com a independência de Cabo Verde. ”Da Guiné desse período guardo as melhores recordações”, diz ele. “Procurei dar o meu melhor e procurei a partir dos meus conhecimentos introduzir a formação como elemento importante para melhorar a capacidade das FARP, nomeadamente quando estive à frente do departamento de recrutamento e formação. Aprendi a autodisciplina: uma disciplina desejada e não uma disciplina imposta. Também aprendi que devemos ser pedagogos quando militamos, sem contudo cair na tentação de querer ter como companheiros pessoas iguais do ponto de vista cultural. Essa experiência ajudou-me a construir a minha visão do mundo e a forma de estar na política”.

Pedro de Verona Rodrigues Pires